

## **UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA** **inscrita no CNPJ sob nº 51.304.798/0001-04**

### **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios** **findos em 31 de dezembro de 2021**

#### **1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A **UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA** é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação das singulares associadas para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País.

#### **2) PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

A cooperativa atua na operação de planos de saúde odontológico, firmando contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de planos “Preço Pré-Estabelecido” e por “Serviços Realmente Prestados”, e também, “Preço Pós-Estabelecido”, a serem atendidos pelos odontólogos associados e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 35.049-4.

#### **3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas - Lei nº 5.764/71 e das Normas Brasileiras de Contabilidade - Lei nº 6.404/76, atualizadas, e disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e obedecem ainda aos padrões da ANS - Agência Nacional de Saúde, conforme plano de contas estabelecido pela RN 435/2018. A Cooperativa também atendeu os quesitos da ITG 2004, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2020, de forma a permitir a comparabilidade.

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na Nota Explicativa nº 25.

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 31 de janeiro de 2022 e foi dada pela Diretoria Executiva da cooperativa.

#### **4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

##### **a) Regime de Escrituração:**

A Cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

##### **b) Estimativas Contábeis:**

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

##### **c) Aplicações Financeiras:**

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2021, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

As aplicações financeiras não vinculadas a fundos garantidores não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa.

##### **d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde:**

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Odontológicos, e (ii) conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços odontológicos prestados a particulares, bem como ao atendimento a beneficiários de outras singulares (intercâmbio). A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o Capítulo IV do ANEXO I da RN nº 435/2018 - DIOPE da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

- i. Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, corridos ou não, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- ii. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, corridos ou não, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- iii. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

**e) Conta Corrente com cooperados:**

Os créditos registrados com cooperados estão sendo registrados pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados e registrados a valor justo.

**f) Investimentos:**

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado.

**g) Ativo Imobilizado:**

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei nº 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/1996. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, as quais estão demonstradas em Nota Explicativa específica do Imobilizado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

**h) Ativo Intangível:**

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para uso dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao

desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

**i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:**

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 224, de julho de 2010 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência odontológica efetivamente recebida pela operadora e na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas conforme estabelecido pelas normas da ANS.

- i. Provisão de Eventos a Liquidar, com operações de assistência à saúde foram estimadas com base nos eventos ocorridos e notificados à Entidade por seus cooperados, rede própria de intercâmbio e rede de prestadores credenciados, sendo recebidos e liquidados observando-se um cronograma pré-estabelecido;
- ii. Provisão de Prêmios e Contraprestações não Ganhas introduzida pela RN nº 442/2018 de 20 de dezembro de 2018, refere-se ao período de cobertura do risco nos contratos pré-estabelecidos por meio de cálculos individuais, devendo ser constituída diariamente a partir da vigência do risco e revertida no último dia do mês em relação ao risco decorrido de acordo com o princípio de competência; e,
- iii. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 393/2015, atualizada.

**j) Imposto de renda e contribuição social:**

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado na nota explicativa nº 13 específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

**k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos

correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **l) Ativos e Passivos contingentes:**

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação;

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

#### **m) Apuração de resultado e reconhecimento de receita:**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

As Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência a saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

#### **n) Reconhecimento dos eventos indenizáveis:**

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada de cooperados e na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela

comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

**o) Informações por Segmento:**

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

**p) Normas Internacionais de Contabilidade:**

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros e da ICPC-10 do Imobilizado, do qual não foram aprovadas pela ANS - Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 435/2018, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

**5) DISPONÍVEL**

Caixa e Equivalentes de Caixa.

Compõe a conta de Caixa e Depósitos Bancários à vista, cujos montantes em 31/12/2021 são de **R\$ 364.796,00**, e, em 31/12/2020, **R\$ 383.461,00**.

Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos, Conta-Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

## 6) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Operadora concentra o valor de suas aplicações financeiras junto aos bancos, conforme segue:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2021	2020
BANCO ITAU S/A	APLICAÇÕES GARANTIDORAS	0	1.817.088,49

BANCO UNICRED/DAYCOVAL	APLICAÇÕES GARANTIDORAS	2.462.178,85	0
BANCO UNICRED	APLICAÇÕES LIVRES	4.628.061,45	14.575.844,83
BANCO BRADESCO	APLICAÇÕES LIVRES	0	341.971,68
BANCO ITAU S/A	APLICAÇÕES LIVRES	0	184.189,79
BANCO ITAU S/A	APLICAÇÕES LIVRES	0	2.327.140,35
BANCO ITAU S/A	APLICAÇÕES LIVRES	0	105.526,79
BANCO SANTANDER	APLICAÇÕES LIVRES	0	9.450,54
BANCO BRADESCO	APLICAÇÕES LIVRES	0	227.371,86
BANCO ITAU S/A	APLICAÇÕES LIVRES	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>4.628.061,45</b>	<b>17.771.495,84</b>

BANCO ITAU S/A	FUNDO TRUST DI	1.882.773,02	0
BANCO ITAU S/A	FUNDO TRUST DI	1.409.716,08	0
<b>TOTAL</b>		<b>3.292.489,10</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>		<b>10.382.729,40</b>	<b>19.588.584,33</b>

Referem-se a aplicações em títulos de renda fixa mantidos até o vencimento, registrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais estão registrados no resultado do exercício.

Conforme disposições da RN nº 435/2018, as aplicações da cooperativa estão concentradas em aplicações garantidoras e não garantidoras de Provisões Técnicas.

As variações decorrem do pagamento dos tributos conforme descritos na nota n.32.

## 7) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência à Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>CREDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTENCIA A SAUDE</b>		
(+) CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIARIAS A RECEBER (a)	1.346.677,31	3.731.968,37
(-) PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CREDITOS - PPSC	340.558,74	2.762.987,91
(+) CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA	195.490,19	1.701.277,25
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>1.201.608,76</b>	<b>2.670.257,71</b>

OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAUDE NÃO RELACIONADAS COM O PLANO DE SAUDE	2021	2020
(+) OPERADORAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAUDE (b)	220.506,89	0,00
(-) PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CRÉDITOS - PPSC	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.422.115,65</b>	<b>2.670.257,71</b>

- a) Refere-se a valores a receber de créditos com planos de saúde da Cooperativa;  
 b) Refere-se a valores a receber de créditos com Outras Uniodontos (Intercâmbio a receber).  
 No exercício social 2021 a Cooperativa antecipou a quitação da Câmara de Compensação de intercâmbios.

## 8) OUTROS VALORES E BENS

DESCRIÇÃO	2021	2020
a) ESTOQUES (DENTAL)	2.226.252,45	2.204.406,36
b) TÍTULOS A RECEBER	3.964.770,53	1.909.496,69
c) OUTROS CRÉDITOS	4.302.812,71	276.858,63
d) ADIANTAMENTOS	373.416,52	761.920,51
<b>TOTAL</b>	<b>10.867.252,21</b>	<b>5.152.682,19</b>

- a) Estoque da Dental destinado à venda para cooperados registrados ao custo médio ponderado;  
 b) Títulos a Receber referem-se a renegociações de dívidas dos beneficiários junto à Uniodonto, bem como os valores a receber de cartões de crédito originários em vendas de produtos da Dental aos cooperados e ou recebimentos de renegociações, neste total também estão contabilizadas as provisões para perdas sobre os créditos vencidos a mais de 90 dias.

- c) Outros créditos referem-se a créditos junto a singulares do sistema Uniodonto. Neste item também estão contabilizados os valores referentes ao precatório de taxas de saúde suplementar, transitado e julgado com os valores devidamente atualizados.
- d) Neste item, estão contabilizados os adiantamentos de vales-alimentação, vale-refeição e adiantamentos de vale-transporte.

#### 9) ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	2021	2020
DEPÓSITOS JUDICIAIS	494.025,72	454.220,72
<b>TOTAL DE OUTROS CREDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO</b>	<b>494.025,72</b>	<b>454.220,72</b>

Corresponde aos depósitos judiciais, efetuados por força de objeto de ação de natureza tributária.

#### 10) INVESTIMENTOS

A Cooperativa possui as seguintes participações societárias:

PARTICIPAÇÕES	2021	2020
BANCO UNICRED	1.213.529,79	1.122.951,27
BANCO SICRED	20,00	20,00
UNIODONTO CENTRAL NACIONAL	170.629,32	170.629,32
FEDERAÇÃO DAS UNIODONTO DE SÃO PAULO	2.748,99	56,84
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>1.386.928,10</b>	<b>1.293.657,43</b>

#### 11) IMOBILIZADO

No exercício de 2017, a cooperativa adotou a taxa de depreciação, a estimativa anterior de vida útil econômica que seguia as taxas fiscais.

Descrição	Taxa Anual	31.12.2021	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIAÇÕES	31.12.2020
IMÓVEL DE USO PRÓPRIO - ODONTOLÓGICO	4%	7.173.369,02	30.763,56		-387.708,98	7.530.314,44
BENS MÓVEIS NÃO ODONTOLÓGICOS	10% a 20%	1.692.411,66	1.055.348,11	-207.658,97	-370.543,27	1.215.265,79
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>		<b>8.865.780,68</b>	<b>1.086.111,67</b>	<b>-207.658,97</b>	<b>-758.252,25</b>	<b>8.745.580,23</b>

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (“*impairment*”), conforme definido na norma CPC 01 é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas acima.

Foi efetuado um estudo interno de levantamento de bens bem como uma validação dos principais bens moveis e imóveis visando verificar os valores não estavam registrados acima do seu valor de recuperação, este estudo foi elaborado através da empresa **LM CONSULTORIA E AVALIAÇÕES PATRIMONIAIS LTDA** especializada neste tipo de avaliação.

Foi concluído que os valores contabilizados não estavam acima do seu valor de recuperação, bem como a vida útil desses moveis e imóveis sendo avaliadas e não tendo valor relevante para alterar as atuais taxas aplicadas no exercício.

## 12) INTANGÍVEL

É representado pela aquisição de Software de gerenciamento durante o exercício social.

Descrição	Taxa Anual	31.12.2021	ADIÇÕES	AMORTIZAÇÃO	31.12.2020
SOFTWARE	20%	95.326,26	14.514,62	6.407,45	87.219,09
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>		<b>95.326,26</b>	<b>14.514,62</b>	<b>6.407,45</b>	<b>87.219,09</b>

## 13) PROVISÕES TÉCNICAS

### Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

PROVISÕES TÉCNICAS	31.12.2021	31.12.2020
PROVISÕES PREMIOS – PPCNG (i)	1.328.444,96	1.203.676,49
PROVISÕES EVENTOS – PEL (ii)	234.834,09	25.171,90
PEONA (iii)	1.214.563,70	970.470,62
<b>TOTAL</b>	<b>2.777.842,75</b>	<b>2.199.319,01</b>

(i) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal pela operadora da cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestações, proporcionalmente ao período de risco já decorrido.

(ii) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da exigência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Conforme RN nº 392/2015, art. 3º, é obrigatória a vinculação de todos os ativos garantidores, exceto a parcela que visa o lastro do saldo da Provisão de Eventos a Liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias. A provisão constituída está lastreada totalmente por ativos garantidores registrados contabilmente no grupo de aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas.

(iii) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em Nota Técnica emitida por Atuário. Para a provisão de insuficiência de contraprestações – PIC e Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados no SUS – PEONA SUS, autorizado a partir de janeiro de 2021, pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, calculada de acordo com a RN nº 476/2021, não tiveram valores a serem contabilizados.

#### **14) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	3.093.766,98	2.578.769,57
OUTROS TRIBUTOS	5.615.372,55	14.165.446,55
<b>TOTAL DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>8.709.139,53</b>	<b>16.744.216,12</b>
TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER A CURTO PRAZO	3.093.766,98	2.578.769,57
TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER A LONGO PRAZO	5.615.372,55	14.165.446,55

Destaca-se nesta nota a variação decorrente dos ajustes demonstrados na nota explicativa nº31.

#### **15) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS**

A Cooperativa é parte em ações judiciais e processos administrativos em tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias trabalhistas e cíveis.

As provisões foram constituídas, com base nos pareceres elaborados pelos assessores jurídicos considerados suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis, no valor de R\$ 278.007,81 decorrente do processo n.º 10068324/2018. (537.144,56 no ano de 2020).

#### Contingências com Risco de Perda Possível:

A entidade também possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

<b>PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
PROVISÃO PARA PROCESSOS CIVEIS	82.923,84	82.923,84

### 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

INSTITUIÇÃO	31.12.2021		31.12.2020		TIPO	ENCARGOS	PRAZO	GARANTIAS
	CURTO	LONGO	CURTO	LONGO				
C.E.C.M. dos Médicos e Demais Profissionais da Área da Saúde de Campinas e Região Ltda.	1.050.469,60	7.177.282,40	1.518.770,69	5.156.184,19	Cédula de Crédito Bancário	2,67% a.a. 100% CDI	30/08/2026	Aplicações financeiras

Os empréstimos acima foram contratados para quitação de outros empréstimos de anos anteriores. A renegociação possibilitou à operadora uma economia de aproximadamente R\$ 1.000.000,00, com as taxas de contratação mais atrativas.

### 17) DÉBITOS DIVERSOS - CIRCULANTE

<b>DEBITOS DIVERSOS</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	1.394.620,69	297.288,17
FORNECEDORES	2.121.174,10	1.061.204,42
DEPOSITOS DE TERCEIROS	160.878,90	46.977,36
<b>TOTAL</b>	<b>3.676.673,69</b>	<b>1.405.469,95</b>

As variações de valores nas despesas com pessoal se deram por conta dos lançamentos na conta de provisão para férias, adequando aos relatórios. Houve um aumento nas contas de fornecedores devido à compra de mercadorias para venda ao cooperados e serviços de manutenção predial.

## 18) PATRIMONIO LÍQUIDO

### a) CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social está dividido entre os cooperados da Uniodonto, tendo sido o valor total de **R\$ 1.006.405,38** em 31/12/2021 e **R\$ 1.491.307,95** em 31/12/2020

### b) RESERVAS:

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

#### I. RATES (FATES) – Reserva (Fundo) de Assistência Técnica Educacional e Social:

Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

#### II. FUNDO DE RESERVA:

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

RESERVAS	31.12.2021	31.12.2020
FUNDO DE RESERVA	15.379.615,51	14.714.520,07
F.A.T.E.S	274.075,95	930.144,87
OUTRAS RESERVAS (a)	5.031.734,21	2.693.326,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.685.425,67</b>	<b>18.337.990,94</b>

(a) Outras reservas são constituídas pelo resultado depois da constituição das reservas legais e estatutárias e que não foram distribuídas aos cooperados por decisão na A.G.O.

### c) CAPITAL REGULATÓRIO

O capital regulatório é o limite mínimo do patrimônio líquido ajustado que a operadora deve reservar para mitigar a possibilidade de sua insolvência. A partir da publicação da RN nº 451/2020, a operadora pôde optar pelo novo modelo de capital regulatório, que é calculado a partir do seu próprio risco, ou permanecer no atual modelo de margem de solvência, que leva em consideração apenas seu volume de contraprestações e eventos.

Tendo em vista o Termo de Compromisso, protocolado em **30/09/2021**, junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, a Empresa optou pelo modelo padrão de Capital Baseado em Riscos – CBR, para apuração do seu capital regulatório.

A Uniodonto de Campinas, em 31 de dezembro de 2021, possui um Patrimônio Líquido com os ajustes econômicos permitidos de **R\$ 9.914.440,22**, que não são suficientes para cobertura dos 75% da Margem de Solvência, atualmente calculado em **R\$ 16.792.875,82**.

## 19) CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, conforme quadro abaixo:

<b>CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
PLANOS INDIVIDUAIS/FAMILIAR	21.780.007,17	20.917.075,53
PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAL/COLETIVO POR ADESÃO	83.116.205,83	73.736.969,97
<b>TOTAL DAS CONTRAPRESTAÇÕES</b>	<b>104.896.213,00</b>	<b>94.654.045,50</b>

## 20) EVENTOS INDENIZAVEIS LIQUIDOS

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada de cooperados e na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas, conforme quadro abaixo:

<b>EVENTOS INDENIZAVEIS LIQUIDOS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
PLANOS INDIVIDUAIS/FAMILIAR	11.522.271,48	10.647.621,11
PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAL/COLETIVO POR ADESÃO	52.544.678,68	43.085.132,65
VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS	244.093,08	-488.272,52
<b>TOTAL DAS CONTRAPRESTAÇÕES</b>	<b>64.311.043,24</b>	<b>53.244.481,24</b>

**21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

Outras receitas operacionais de plano de assistência à saúde são constituídas dos valores cobrados de segunda via de cartão, taxa de inscrição e valores de vendas a outras cooperativas, a redução nos valores comparados com o ano anterior se deu por conta de uma campanha onde extinguiu cobrança desses valores.

<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
NOVAS INSCRIÇÕES	1.185,95	38.646,55
2º VIA CARTEIRINHA	4.052,64	13.250,00
VALORES OUTRAS COOPERATIVAS	0,00	1.649.195,37
<b>TOTAL DAS CONTRAPRESTAÇÕES</b>	<b>5.238,59</b>	<b>1.701.091,92</b>

**22) RECEITAS DE ASSISTENCIA A SAUDE NÃO RELACIONADAS COM PLANO DE SAUDE DA OPERADORA**

As receitas não relacionadas com o plano de assistência à saúde são constituídas de valores de vendas e compras de produtos odontológicos para atendimento aos cooperados e outras cooperativas e reversão de provisão para contingência de processo n. 00208264120124036100 e processo n. 1000231-81.2019.8.26.0248 conforme certidão de trânsito em julgado, valores demonstrados no quadro abaixo:

<b>OUTRAS RECEITAS NÃO RELACIONADAS COM PLANO DE SAUDE DA OPERADORA</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
VENDAS A COOPERADOS	12.952.395,84	10.941.525,72
VENDAS A OUTRAS COOPERATIVAS	1.180.865,26	532.311,04
Reconhecimento de precatório a receber	1.352.878,98	0
Reversão de contingências	259.136,75	
<b>TOTAL</b>	<b>15.745.276,83</b>	<b>11.473.836,76</b>

**23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTENCIA A SAUDE NÃO RELACIONADAS COM PLANO DE SAUDE DA OPERADORA**

As despesas não relacionadas com o plano de assistência à saúde são constituídas de valores compras de produtos odontológicos para atendimento aos cooperados, provisão para perdas e gastos com rede própria, no ano de 2020 foi constituído a provisão para perdas de títulos

negociados e vencidos há mais de 90 dias e em relação a compras de mercadorias, devido a pandemia este número foi reduzido devido a pouca demanda, os valores estão demonstrados no quadro abaixo:

<b>OUTRAS DESPESAS NÃO RELACIONADAS COM PLANO DE SAUDE DA OPERADORA</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
COMPRAS DE MERCADORIAS	11.459.379,67	8.737.872,21
PROVISÃO PARA PERDAS	1.732.364,95	4.574.310,59
OUTRAS DESPESAS	555.543,87	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.747.288,49</b>	<b>13.312.182,80</b>

#### 24) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são constituídas pelo lançamento dos valores pagos a pessoal próprio, prestadores de serviços, despesas com localização e funcionamento, publicidade e propaganda, tributos e outras despesas administrativas.

A variação se deu pelo pagamento de tributos de anos anteriores conforme relatado na nota n.32, os valores estão demonstrados no quadro abaixo:

<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
DESPESA COM PESSOAL PROPRIO	18.208.025,01	15.835.517,68
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.963.649,09	1.605.817,76
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	5.224.182,12	5.631.418,04
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.770.954,74	1.860.005,19
TRIBUTOS	2.831.857,81	16.476.770,92
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	36.210,96	201.011,82
<b>TOTAL</b>	<b>30.034.879,73</b>	<b>41.610.541,41</b>

## 25) CONCILIAÇÃO DO LUCRO COM O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Resultado Líquido do exercício/período</b>	<b>4.746.474,00</b>	<b>(6.709.215,22)</b>
<b>Ajustes para Conciliação do Resultado Líquido com a Geração de Caixa das Atividades Operacionais:</b>	<b><u>1.840.959,79</u></b>	<b><u>15.034.807,51</u></b>
Depreciação / Amortização	497.489,23	518.935,69
Provisões Técnicas - PEONA	244.093,08	488.272,52
Provisão (Reversão) Contingência	297.157,40	8.325.592,27
Provisão (Reversão) para Perdas sobre Créditos	1.732.364,95	4.574.310,59
Outros ajustes	(930.144,87)	1.127.696,44
<b>Resultado Ajustado</b>	<b><u>6.587.433,79</u></b>	<b><u>8.325.592,27</u></b>
Redução (Aumento) em contas de ativos operacionais	2.870.573,71	(341.063,88)
(Redução) Aumento em contas de passivos operacionais	(1.119.058,78)	(377.855,74)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b><u>8.338.948,72</u></b>	<b><u>7.606.672,65</u></b>

## 26) EVENTOS SUBSEQUENTES

Com a publicação da RN ANS nº 472, em vigor a partir do exercício de 2022, as atualizações que poderiam afetar as demonstrações em comparação com as informações divulgadas para o exercício atual, onde se destaca a inclusão/aceitação por parte da ANS do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, e CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, no que se refere a adequação do registro das operações na modalidade de preço pós-estabelecido.

A operadora não possui contratos relevantes/significativos de arrendamento mercantil e financiamento de Curto ou Longo prazo, bem como, contrato na modalidade de preço pós-estabelecido, que possa impactar nas informações comparativas do exercício subsequente.

## 27) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Avaliação de Instrumentos Financeiros:

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos, Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência a Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.

Em 31 de dezembro de 2021, a Uniodonto não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco:

A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

**I. Risco de crédito:**

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

**II. Risco de liquidez:**

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são

caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

**III. Risco de taxa de juros:**

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos aos seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em diversas instituições financeiras.

#### **IV. Risco operacional;**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da cooperativa e fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- a. exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- b. exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- c. cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- d. documentação de controle e procedimentos;
- e. exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- f. exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- g. desenvolvimento de planos de contingências;
- h. treinamento e desenvolvimento profissional; e,
- i. padrões éticos e comerciais.

#### **V. Risco de mercado:**

A Operadora é exclusivamente odontológica e opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos de assistência odontológica com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde, autogestão e cooperativas de trabalho.

#### **VI. Risco Legal:**

A observação do risco legal está prevista nas políticas de governança implementadas em observância a resolução normativa nº 443/2019, mitigando, eliminando ou evitando os riscos mapeados para operação de planos de saúde no cenário atual do mercado da saúde suplementar.

## VII. Risco de subscrição

A operadora, antecipando as demandas de mercado, promoveu estudos técnicos atuariais e contábeis para o enquadramento do capital baseado em riscos, com o auxílio de assessoria atuarial, a qual foi aprovada a nova gestão do capital demonstrando que, o risco de subscrição compreende os requisitos técnicos e legais previstos na resolução normativa nº 451/2020, aprovada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

### 28) TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO

Estabelecido pela ANS na RN nº 435/2018 com vigência a partir de 2020, o Teste de Adequação de Passivo – TAP consiste na apuração do valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de preço preestabelecido, a partir de métodos estatísticos e atuariais com base em constatações e evidências, com o objetivo de avaliar se as provisões constituídas pela operadora estão adequadas para cumprimento de todos os seus compromissos futuros.

Na Uniodonto de Campinas Cooperativa Odontológica essa projeção está de acordo com as regras e parâmetros mínimos definidos nos itens 9.1.4, 10.12.2 e 10.12.2.1 no anexo Capítulo I – Normas Gerais da RN 435/2018 e alterações vigentes e as estimativas e responsabilidade desses cálculos foram realizadas pela Plurall Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda, registro no CIBA nº 83.

Com base nas premissas submetidas aos testes e que atendem os aspectos mínimos a serem observados definidos na RN 435/18 e suas alterações, com relação as projeções do fluxo de caixa trazidos a valor presente para cada agrupamento de contratos do ano para a data-base de 31/12/2021, observa-se o seguinte resultado nas projeções:

## Valor Presente dos Fluxos de Caixa – Resumo por Contratação – 31/12/2021

Valores em R\$

Contratação	VP - Receita de Contraprestação Efetiva (1)	VP - Despesa Assistencial (2)	VP - Despesa Comercial (3)	VP - Despesa Administrativa e Operacional (4)	Resultado: (1)-[(2)+(3)+(4)]
Individual	71.674.228,90	39.342.447,83	4.798,16	21.204.414,77	11.122.568,14
Col. Empresarial	32.178.945,75	22.549.346,58	909.234,54	9.369.416,40	- 649.051,78
Col. Adesão	5.109.589,85	2.411.486,36	35.511,03	1.487.717,60	1.174.874,86
Corresp. Assum.	1.560.495,02	1.698.610,27	-	454.356,61	- 592.471,86
<b>Total</b>	<b>110.523.259,52</b>	<b>66.001.891,04</b>	<b>949.543,74</b>	<b>32.515.905,38</b>	<b>11.055.919,36</b>

Nesse caso, verifica-se que na data-base analisada que o fluxo de caixa trazido a valor presente apresenta uma suficiência de R\$ 11,06 milhões.

### 29) SEGUROS

Exemplo: A entidade está segurada em apólice nº 118 55 4008559 que mantém cobertura de seguro em valores considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. Sua cobertura é de 20 de janeiro de 2021 até 20 de janeiro de 2022 e abrange os valores em riscos declarados de todas as unidades, que totalizam o montante de R\$ 12.309.000,00 para danos materiais, contra incêndio e riscos diversos para parte dos bens, do ativo imobilizado e R\$ 12.530,29 de lucros cessantes.

### 30) IMPACTOS DA COVID 19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, onde efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação poderiam impactar negativamente os resultados da empresa e conseqüentemente, suas demonstrações contábeis.

Para a Empresa, 2021 foi o ano em que as operações voltaram a suas características normais, aumentando os negócios de plano de saúde. As expectativas para 2022, em relação ao COVID-19, são de que, mesmo com novas variantes, as consultas e atendimentos voltem à normalidade, pois os efeitos da vacinação já são perceptíveis.

### 31) PRÁTICAS MÍNIMAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atendimento ao disposto na RN nº 443/2019, a Empresa está iniciando a adoção de práticas mínimas de governança, com ênfase em controles internos e gestão de riscos. Os procedimentos adotados serão revisados e atualizados de acordo com a complexidade das suas atividades

respeitadas as características e estruturas estabelecidas no Estatuto Social e normas internas da Empresa.

### 32) **AJUSTE RETROSPECTIVO**

Foi identificado no exercício de 2021 débitos relacionados ao ISSQN de períodos anteriores 2018 a 2020 cobrados pela Prefeitura Municipal de Campinas, o saldo devedor era aproximadamente de 85 milhões, sendo que, após negociação com a Prefeitura e adesão ao

REFIS 2021, os acordos ficaram na monta de R\$ 14.165.446,55 (quatorze milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

A operadora aderiu ao REFIS 2021 junto à Prefeitura Municipal de Campinas, o qual foi regulamentado pela Lei Ordinária nº 16.109/2021, proporcionando a redução significativa dos débitos em aberto.

Os valores indicados foram ajustados retrospectivamente em 2020, período anterior mais antigo apresentado em conjunto às demonstrações contábeis de 2021, com a finalidade de atender à CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

**Os ajustes efetuados estão demonstrados conforme tabela abaixo:**

Descrição das Contas Ajustadas	<u>2020</u>	Ajustado
		<u>2020</u>
<b>PASSIVO</b>		
Parcelamento de Tributos e Contribuições - LP	0	14.165.446,55
<b>DRE</b>		
Despesas Administrativas	(27.445.094,86)	(41.610.541,41)
Resultado Líquido	7.456.231,33	(6.709.215,22)
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO E DMPL</b>		
	25.667.707,10	11.502.260,55

### 33) PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas compreendem a Diretoria e Conselhos de Administração, Fiscal e cooperados. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2021.

DESCRIÇÃO	31.12.2021	31.12.2020
VENDA DENTAL PARA COOPERADOS	15.745.276,83	11.473.836,76
REMUNERAÇÃO DIRETORIA E CONSELHEIROS	1.697.333,65	1.372.530,30
PRODUÇÃO ODONTOLÓGICA	64.066.950,16	53.732.753,76
SALDO CONTA CORRENTE COOPERADOS	1.830.812,20	1.471.933,28

Campinas-SP, 31 de dezembro de 2021.

---

**Uniodonto de Campinas Cooperativa Odontológica**

---

**Mario Vicente Gallucci**  
CRC n° 1SP-164733/O-6  
CPF 045.842.088-32 Contador